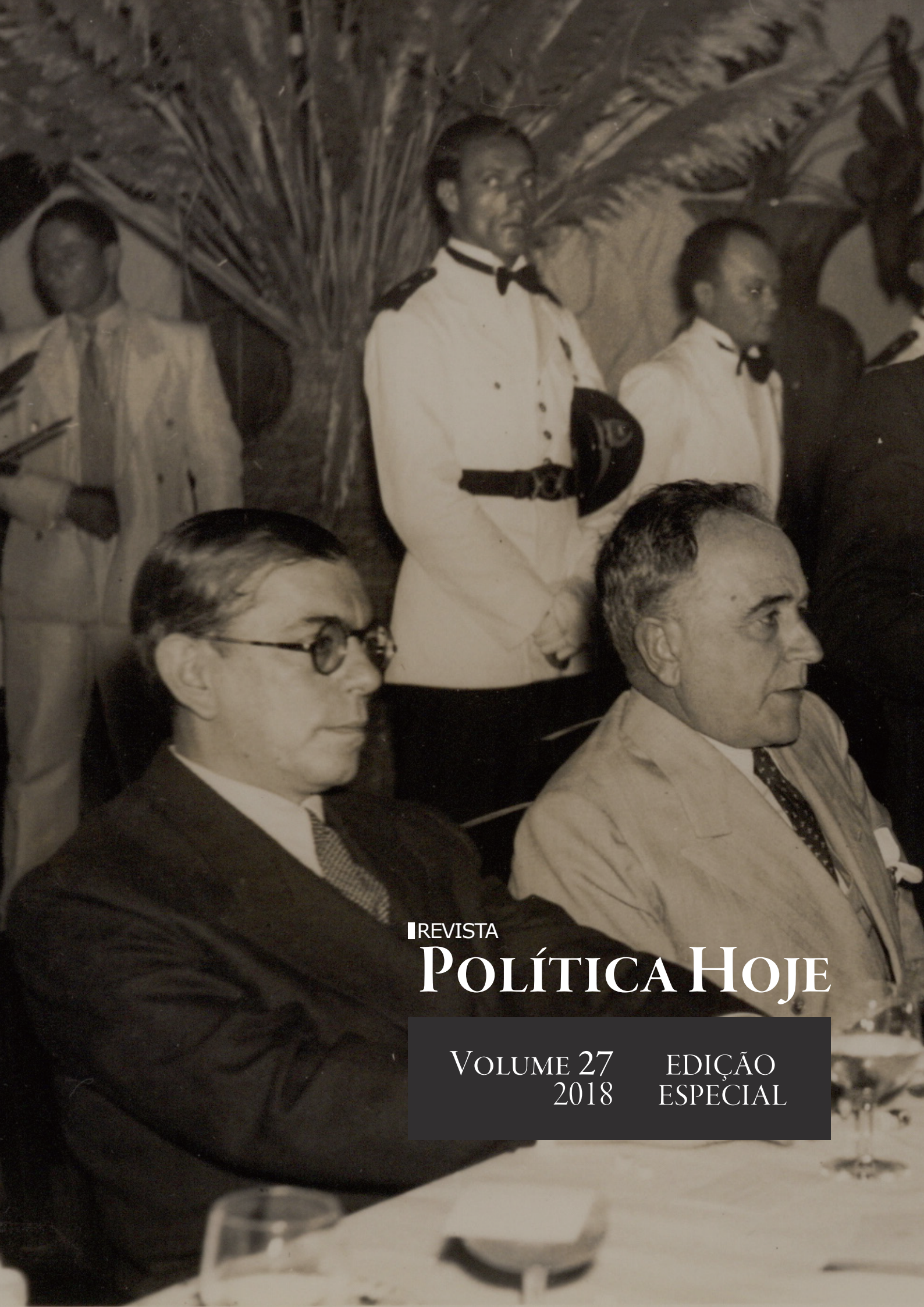




REVISTA

POLÍTICA HOJE

VOLUME 27
2018

EDIÇÃO
ESPECIAL

■REVISTA

POLÍTICA HOJE

Equipe Editorial:**Professor Organizador**

Christian Lynch (UERJ-IESP) e Diogo Cunha (UFPE)

Editor Chefe

Ernani Carvalho (UFPE)

Editores Assistentes

Ulle Ráfaga Campos e Figueiredo (UFPE)

Diagramação

Laís Marques Arcelino de Macedo (UFPE)

Imagem de capa

CPDOC-FGV

Conselho Editorial:

UNB, Brasil	André Borges	UFPE, Brasil	Marcelo Medeiros
UFRGS, Brasil	André Marengo	UFPE, Brasil	Marcus André Melo
IPESPE, Brasil	Antônio Lavareda	USP, Brasil	Marta Arretche
UFMG, Brasil	Carlos Ranulfo	USP, Brasil	Matthew Taylor
UFBA, Brasil	Celina Souza	UFPE, Brasil	Mauro Soares
FGV, Brasil	Cláudio Couto	UERJ, Brasil	Miriam Saraiva
IBGE, Brasil	Eduardo Leoni	UFRGS, Brasil	Paulo Peres
USP, Brasil	Eduardo Marques	USP, Brasil	Rafael Duarte Villa
UTDT, Argentina	Enrique Peruzzoti	UEL, Brasil	Raquel Kritsch
UFPE, Brasil	Flávio da Cunha Rezende	UFPE, Brasil	Ricardo Borges Gama Neto
FGV, Brasil	George Avelino	UFSCAR, Brasil	Simone Diniz
CIDE, México	Julio Ríos Figueroa	UERJ, Brasil	Thamy Pogrebinski
UDESА, Argentina	Lucas Gonzalez	UNESP, Brasil	Tullo Vigevani
UNB, Brasil	Lúcio Rennó	USP, Brasil	Wagner Pralon Mancuso
UDESА, Argentina	Marcelo Leiras		

POLÍTICA HOJE – Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Vol. 27, edição especial, 2018.

13. Ciência Política-Periódicos

REVISTA

POLÍTICA HOJE

Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Filosofia e Ciências Humanas – 14º andar. CEP: 50670-901

Tel/Fax: (81) 2126-8283 / 2126-8922

E-mail: revistapolitica hoje@gmail.com

periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje

ISSN 0104-7094

ÍNDICE

Apresentação	4
Christian Lynch - Um conservadorismo estatista: nacionalismo, democracia cristã e crítica do neoliberalismo na obra de Oliveira Vianna	9
Fábio Gentile - A apropriação do corporativismo fascista no "autoritarismo instrumental" de Oliveira Vianna	27
Maria Fernanda Lombardi Fernandes - Azevedo Amaral e a revista Novas Diretrizes: um projeto de modernização autoritária do Brasil	47
João Catraio Aguiar - Fiat imperium ET pereat mundus: Pensamento Internacional na Revista Cultura Política (1941-1945)	61
Diogo Cunha - Os conceitos de democracia e revolução no pensamento autoritário de direita entre a ditadura do Estado Novo e o fim do regime militar	85
Tamyres Ravache Alves de Marco - Azevedo Amaral e as origens do desenvolvimentismo	123
Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro - A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30	138
Josnei Di Carlo - Da Margem se Vê Melhor? O Autoritarismo no Brasil Segundo a Oposição de Esquerda nos Anos 1930	162
Paula Zambelli Salgado Brasi - Eugenia e nacionalismo brasileiro: a contextualização histórica das políticas migratórias antes e após o Estado Novo	195

Apresentação

Diogo Cunha (UFPE)

Christian Lynch (UERJ-IESP)

Autoritarismo, autoritarismos: o pensamento político da Era Vargas em revista (1930-1945)

A 10 de novembro de 2017, comemoraram-se os 80 anos do golpe que instaurou o Estado Novo no Brasil. De 1937 a 1945 o país viveu sob um regime que reivindicava para si a qualidade de uma “democracia moderna”, ou seja, de caráter antiliberal, autoritário e centralizador. Nessa qualidade, o Estado Novo empreendeu uma modernização conservadora sem precedentes, expressa pela aceleração do processo de industrialização; pela racionalização do aparelho burocrático do Estado e pela implementação de uma política social e cultural de massas. Enquanto criavam-se a legislação e a Justiça do Trabalho e expandia-se a rede de saúde pública e de educação, o governo buscava, através de um esforço intelectual inédito em suas proporções, forjar uma nova identidade nacional. Procedia-se a esse trabalho, tanto valorizando quanto reformulando a noção do “popular”, quanto, em um nível mais culto, reinterpretava-se a História do Brasil, entendida como uma dimensão fundamental, capaz de homogeneizar a consciência nacional¹. Nada disso, naturalmente, apaga ou minimiza o “outro lado” do regime ditatorial, marcado pela violência estampada na prática da repressão política, da censura intelectual e no emprego da tortura como política de Estado. Como advertiu Angela de Castro Gomes, qualquer esforço analítico que procure reduzir as dinâmicas políticas desse período a esquematismos maniqueístas ou simplistas estão fadados ao fracasso. Esse período, como colocou a historiadora, tem uma marca fundamental: a ambiguidade (GOMES, 2007, p. 45). A importância de seu legado é indiscutível, expressa pela renovação do ideal do Estado centralizador e integrador que vinha do Império; pelo apoio das Forças Armadas; pelas amplas alianças sociais que incluíam desde empresários industrialistas, fazendeiros antiquados e trabalhadores urbanos (estes últimos, sob vigilância e tutela); um esforço de desenvolvimento econômico reputado superior a todos os outros objetivos nacionais, que justificavam o sacrifício da democracia liberal e das garantias individuais; e uma política externa de afirmação nacional (REIS, 2014, p. 18). O peso desse legado foi de tal envergadura, que os liberais posteriores se revelaram incapazes de lhes solapar as estruturas, logrando fazê-lo apenas em parte, ao longo da década de 1990².

O objetivo do presente dossiê é o de examinar a dimensão intelectual do ideário que, desde a década de 1920, levaria água para o moinho do Estado Novo. Desde o início dessa década, a crise generalizada do liberalismo depois da Primeira Grande Guerra vinha solapando sistematicamente os fundamentos individualistas

1 Essa dimensão foi estudada por Angela de Castro Gomes em *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo* (FGV, 1999).

2 Sobre a cultura política nacional-estatista e sua persistência ao longo da história ver Daniel Aarão Reis (2014).

e cosmopolitas do regime republicano de 1891, que passaram a ser questionados de todos os lados por um amplo leque de ideologias culturalistas e particularistas. O autoritarismo, entendido largamente como um regime de fortalecimento do Estado nacional e de expansão de suas atividades regulatórias, estava definitivamente no ar do tempo. Alberto Torres e Oliveira Vianna eram certamente os mais populares entre esses autores, na medida em que renovavam a já referida tradição do conservadorismo estatista que vinha da primeira metade do século dezenove. Entretanto, havia muitas outras vertentes, como o catolicismo integrista de Jackson de Figueiredo e Tristão de Ataíde; o totalitarismo de inspiração fascista de Plínio Salgado e Miguel Reale, que reaparecia com colorações católicas na obra de Otávio de Faria e outras, excepcionistas, naquela de Francisco Campos; o autoritarismo de Azevedo Amaral, voltado para a preservação das condições de autonomia do mercado; a sugestão de uma “ditadura” frouxa e oligárquica, elaborada por Sérgio Buarque de Holanda na primeira versão de *Raízes do Brasil* e, por fim, o livro que, ainda que pouco valorizado hoje, representou a versão mais acabada da ideologia do Estado Novo, que foi *Força, Cultura e Liberdade*, de Almir de Andrade. O conhecimento de tais obras e autores, cuja importância ultrapassa em larga medida a mera expressão ou justificativa do regime autoritário, se tornam fundamentais para a compreensão da nossa cultura política e das clivagens políticas no Brasil contemporâneo. Consideramos que os 80 anos do golpe de 1937, assim como o contexto de crise política que ora atravessamos, é uma ocasião oportuna de revisitar o pensamento político brasileiro do período.

Para tanto, cumpre aproveitar a oportunidade para repensar as categorias por que o “pensamento autoritário” vem sendo tradicionalmente abordado, o que torna impossível não recordar o peso que nele tem exercido o debate acerca dele travado na década de 1970. Essa importância se deve a quatro fatos: o mundo ibero-americano se encontrava debaixo de regimes autoritários; a ciência política norte-americana estava debruçada sobre a temática, aquele era o momento de institucionalização da Ciência Política brasileira e, por fim, do próprio surgimento do campo de estudos do pensamento político brasileiro na área. Assim, as primeiras interpretações relativas a este último estavam preocupadas principalmente em compreender as supostas tradições intelectuais do “autoritarismo” identificado no regime militar e foi a partir desse filtro que disputaram os significados e sentidos do pensamento político da Era Vargas. A interpretação que prevaleceu ao longo do tempo e que foi empregada pela maior parte dos analistas foi aquela de Bolívar Lamounier que, orientada pelo liberalismo clássico, rechaçava toda a produção intelectual daquele tempo como uma “ideologia do Estado” autoritária e protofascista. O conceito de “autoritarismo” se tornou no campo de estudos fonte de uma gama indescritível de mal-entendidos, já que Lamounier o empregava para designar anacronicamente todo e qualquer regime que não fosse um Estado de direito arquetípico, marcado pelo federalismo e com livre funcionamento do mercado. Na verdade, frequentemente a defesa do “Estado autoritário” contra o “liberalismo” estava longe da apologia da ditadura, significando antes uma oposição, em nome da democracia, ao Estado mínimo vendido pelo liberalismo oligárquico de Herbert Spencer das últimas décadas do século 19 (como é o caso óbvio de Alberto Torres). Da mesma forma, por “Estado autoritário”, os autores da época queriam dizer coisas muito diferentes, tanto quanto as propostas que tinham para o país, menos homogêneas do que se supunha décadas atrás. É o caso de se perguntar hoje se não teria chegado a hora de retomar o assunto, à luz de outros problemas e questões.

A pluralidade de abordagens possíveis nos estudos de história do pensamento político brasileiro está presente nesse número temático: autores consagrados foram revisitados; revistas foram examinadas; conceitos foram estudados e historicizados. Dois artigos desse número temático foram consagrados a Francisco José de Oliveira Vianna. Como se sabe, esse autor foi durante muito tempo considerado pouco frequentável, pois seria a própria encarnação do pensador autoritário, reacionário e racista. Conforme sugerido no parágrafo acima, esse tipo de julgamento, simplista e maniqueísta, deixou na sombra uma obra profundamente

erudita, multifacetada e inteiramente inserida nos grandes debates intelectuais e políticos do seu tempo. O distanciamento temporal – e talvez a tomada de consciência de que não cabe ao pesquisador construir um panteão ou cavar uma fossa comum para as grandes figuras da inteligência brasileira – permitiu, em anos recentes, a releitura e o reexame dessa obra.

Assim, o artigo que abre esse número temático, intitulado “**Conservadorismo nacional-estatista, democracia cristã e crítica do neoliberalismo na obra de Oliveira Vianna**”, de autoria de Christian Edward Cyril Lynch, examina a crítica de Oliveira Vianna a Ludwig Von Mises, pai do neoliberalismo e principal nome da Escola Austríaca de economia. Aproximando o pensamento do autor de *O idealismo da Constituição* antes da democracia cristã e do New Deal americano do que do fascismo italiano, o autor demonstra como Vianna rechaçava o nivelamento feito pelo economista austríaco entre o socialismo e o corporativismo e o sindicalismo e, também, discordava da afirmação de Mises segundo a qual o mundo estaria testemunhando, naquele momento, o recuo da economia reguladora em prol da iniciativa privada. Para se contrapor a Mises, Vianna, naquele artigo de 1939, se fundamentava no juiz da Suprema Corte norte-americana Louis Brandeis, para quem a legislação social elaborada pelos Estados não contrariava a liberdade contratual consagrada na Constituição, na medida em que sua interpretação devia se adequar às mudanças da vida social, que exigiam o abandono do individualismo. Em outras palavras, o juiz norte-americano contrapunha ao individualismo “clássico” um individualismo “grupalista” que Vianna se apropriava para criticar Mises. Essa oposição seria ilustrativa das críticas que a tradição nacional-estatista brasileira dirigiria posteriormente ao neoliberalismo. Já artigo de Fábio Gentile, intitulado “**Fascismo e corporativismo no Brasil: o autoritarismo instrumental de Oliveira Vianna**”, examina a obra de Oliveira Vianna a partir de outra perspectiva. O autor se propõe a analisar a relação entre o corporativismo fascista e o “autoritarismo instrumental” do autor de *Populações Meridionais do Brasil* (conforme a expressão cunhada por Wanderley Guilherme dos Santos). Em seu estudo, Gentile empreende um amplo exame dos autores associados às correntes antiliberais europeias do início do século XX – Le Play, Barrès, Maurras –, da historiografia contemporânea sobre regimes fascistas e nacionalistas e, em seguida e de forma mais específica, a de Alfredo Rocco – o principal jurista fascista italiano – e das de Oliveira Vianna *Problemas de direito corporativo* (1938) e *Problemas de direito sindical* (1939). A análise de Gentile sugere como o corporativismo fascista atualizou o autoritarismo do pensador brasileiro que buscava, no final dos anos 1930, um novo modelo de organização dos processos de modernização em curso.

Nos últimos anos, algumas categorias de análise para o estudo da história intelectual têm sido testadas em pesquisas e mostrado resultados fecundos, como as de *itinerário, geração e sociabilidade*. Esta última tem uma dupla acepção, pois no interior dos espaços de sociabilidade se formariam o que Jean-François Sirinelli chamou de “microclimas”. Assim, haveria as “redes” que “estruturam” e os “microclimas” que “caracterizam um microcosmo intelectual particular” (SIRINELLI, 2003, p. 253). Nesses “microcosmos”, a atividade e o comportamento dos intelectuais apresentariam características específicas e se definiriam por uma vida relacional própria. Já as “redes” são fundadas sobre elementos de contornos difíceis a identificar. Nesse sentido, as revistas, armaduras essenciais do campo intelectual, são uma estrutura elementar da sociabilidade, *locus* preciosos para analisar a evolução das ideias e as relações afetivas entre a *intelligentsia*. O presente número temático trás dois artigos cujas revistas estão no centro da análise.

A contribuição de Maria Fernanda Lombardi Fernandes “**Azevedo Amaral e a revista *Novas Diretrizes*: um projeto de modernização autoritária do Brasil**” opera a transição, na estrutura desse número temático, dos artigos dedicados a um pensador para aquele consagrado a uma revista. Isso em razão de conjugar a análise de um grande pensador com a de uma revista por ele criada, a *Nova Diretrizes*. Fernandes examina a revista como um espaço de divulgação e debate construído pelo autor de *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*,

privilegiando os editoriais que ele escrevia sobre política interna. Isso permitiu à autora ampliar a compreensão da teoria política de Azevedo Amaral, indo além de suas obras canônicas. Já o artigo de João Catraio Aguiar, intitulado **“FIAT IMPERIUM ET PEREAT MUNDUS: Pensamento Internacional na Revista Cultura Política (1941-1945)”**, analisou *Cultura Política*, revista ligada ao Estado Novo publicada entre 1941 e 1945. Aguiar revela que a revista trazia a perspectiva do regime sobre questões ligadas ao “pensamento internacional brasileiro”. Três tópicos se destacam na análise: o geopolítico e estratégico, o diplomático e o socioeconômico. Com relação ao primeiro, defendia-se uma Força Armada modernizada em seus métodos e equipamentos, atenta aos desdobramentos da guerra em curso; com relação ao segundo, defendia-se uma aproximação inter-americana; com relação ao terceiro, finalmente, destacava-se a necessidade de criar condições para um desenvolvimento da indústria e do comércio exterior, com melhores condições administrativas.

Os três artigos seguintes priorizaram os conceitos e sua historicidade. O artigo de Diogo Cunha, intitulado **“Os conceitos de democracia e revolução no pensamento autoritário de direita entre a ditadura do Estado Novo e o fim do regime militar”**, como o título indica, passa em revista a obra de alguns pensadores conservadores entre a década de 1930 e 1980. O autor argumenta que os anos 1930 vão marcar uma inflexão na história desses conceitos no pensamento conservador: autores como Octávio de Faria, Miguel Reale e Azevedo Amaral não apenas acreditavam que o conceito liberal e socialista de democracia se fundava num conjunto de premissas equivocadas, como viravam de ponta-cabeça aquele de revolução. Se, durante todo o século XIX até o início dos anos 1920, o conceito de *revolução* havia sido invariavelmente sinônimo de caos e destruição, ele doravante deveria significar um ato ordeiro de criação através do qual se criaria uma democracia “autêntica”. Essa ideia – de uma “revolução democrática” – sobreviveu à revalorização da democracia liberal no pós-1945 e foi reatualizada pelo mesmo Miguel Reale nos anos 1960. Já o artigo de Tamyres Ravache Alves De Marco **“Azevedo Amaral e as origens do desenvolvimentismo”** examina a teoria da modernização de Azevedo Amaral a partir do conceito de desenvolvimentismo. De Marco sugere que, para Amaral, modernizar o Brasil passava pelo planejamento econômico e o fortalecimento de suas bases industriais. Essa era uma tarefa do Estado, a quem cabia intervir na economia e coordenar o desenvolvimento. O terceiro desses artigos que privilegia a análise de um conceito é o de Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro. Em **“A revolução conservadora no Brasil. Nacionalismo, autoritarismo e fascismo no pensamento político dos anos 1930”** o autor discute o uso do conceito de fascismo no pensamento político brasileiro buscando examinar em que medida os pensadores dos anos 1930 deram um conteúdo nacional ao modelo fascista europeu.

O penúltimo artigo do dossiê, de Josnei de Castro - **“Da margem se vê melhor? O autoritarismo no Brasil segundo a oposição de esquerda nos anos 1930”** - traz, ao nosso ver, uma perspectiva absolutamente original ao estudo do autoritarismo nos anos 1930, ao analisar como ele era diagnosticado pela Oposição de Esquerda – dissidência do Partido Comunista do Brasil. Sua principal fonte é o documento base elaborado pelo grupo, o *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, além de uma série de outros documentos. Já a contribuição de Paula Zambelli Salgado Brasil **“Eugenia e nacionalismo brasileiro: a contextualização histórica das políticas migratórias antes e após o Estado Novo”** fecha esse número temático. A autora examina as mudanças nas políticas migratórias operadas pelo Estado Novo e que duram até o fim do regime militar. Se durante o Império e a Primeira República se configurou uma política migratória que visou a entrada e circulação de diferentes grupos europeus com fins de povoamento, colonização, branqueamento e europeização, a partir do Estado Novo até o fim do regime militar buscou-se a construção de um aparato normativo de restrição e controle da imigração, passando a visar a proteção do mercado de trabalho e a preservação da segurança nacional. Como o leitor pode perceber, o presente dossiê temático constitui uma rara oportunidade para reavaliar a produtividade do conceito de “autoritarismo” usualmente empregada para classificar o pensamento do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Márcia; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Raquel. *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 43 – 63.

REIS, Daniel Aarão. “A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (organização). *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 11-29.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, pp. 231-269.